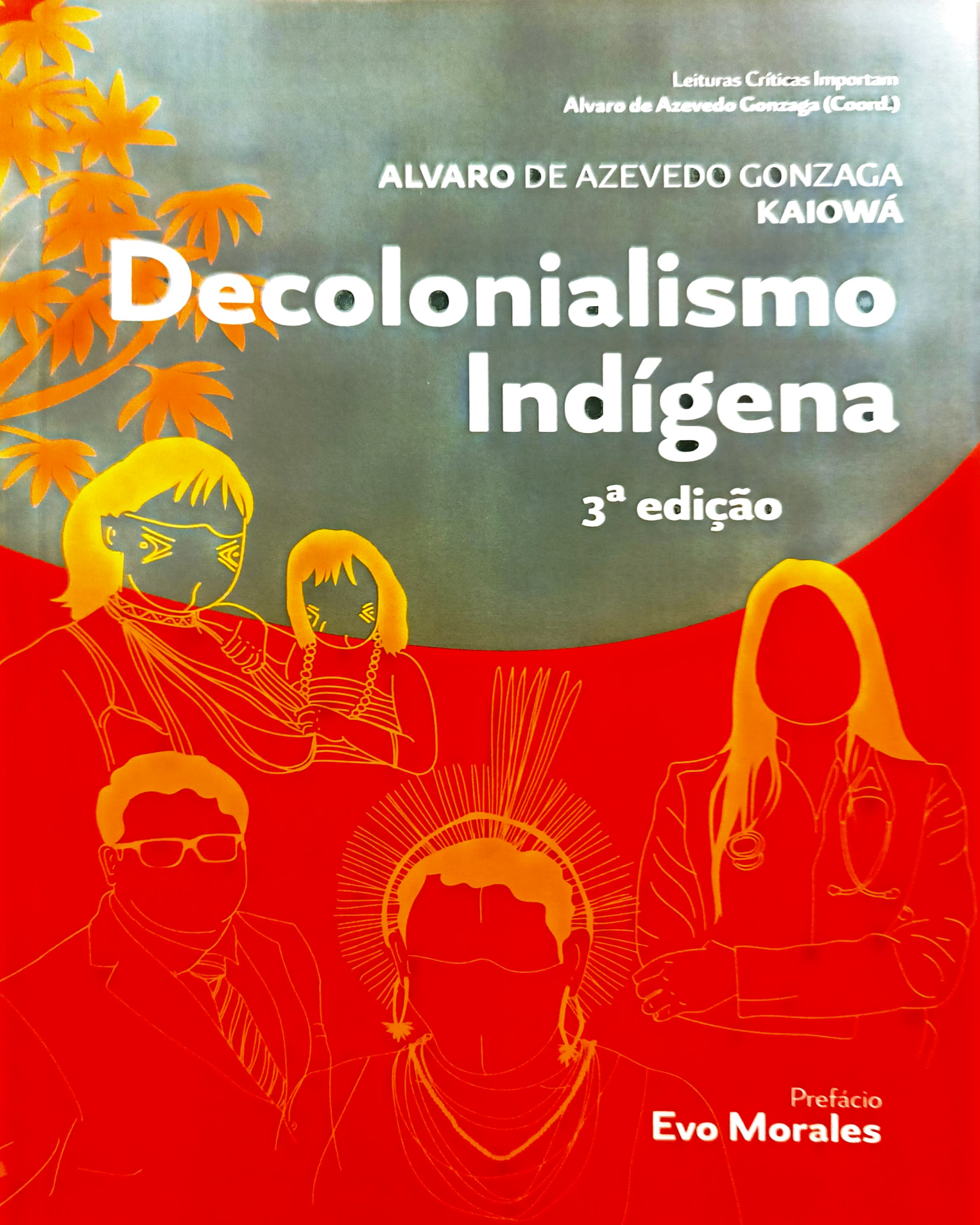
Leituras Críticas Importam
Alvaro de Azevedo Gonzaga (Coord.)

ALVARO DE AZEVEDO GONZAGA
KAIOWÁ

Decolonialismo Indígena

3ª edição



Prefácio
Evo Morales

MATRIOSKA

©2023, Alvaro de Azevedo Gonzaga Kaiowá

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Publisher – Editorial: Luciana Félix
Publisher – Comercial: Patrícia Melo
Copidesque e preparação de texto: Renato de Mello Medeiros Filho
Revisão: Equipe Matrioska Editora
Projeto gráfico e editoração: Marcelo Correia da Silva
Ilustrações e Capa: Rafaela Fiorini e Lídia Ganhito

Matrioska Editora
Atendimento e venda direta ao leitor:
www.matrioskaeditora.com.br
contato@matrioskaeditora.com.br
facebook.com/matrioskaeditora
instagram.com/matrioskaeditora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Kaiowá, Alvaro de Azevedo Gonzaga
Decolonialismo indígena / Alvaro de Azevedo Gonzaga Kaiowá. -- 3. ed. -- São Paulo : Matrioska Editora, 2023. -- (Série leituras críticas importam / coordenação Alvaro de Azevedo Gonzaga)

Bibliografia.
ISBN 978-65-84999-09-1

1. Ancestralidade 2. Descolonização 3. Descolonização - História 4. Indígenas - Colonização 5. Povos Indígenas I. Título. II. Série.

23-161755 CDD-980.30981

Índices para catálogo sistemático:

1. Indígenas : Descolonização : História 980.30981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

3° MITO:

Indígenas não gostam de trabalhar e são preguiçosos, canibais, violentos e matam crianças.

Há mais de quinhentos anos, as comunidades indígenas do continente americano ofereceram resistência de várias formas frente às diversas ações europeias de desenvolvimento ao capitalismo, seja por meio de guerras sangrentas e abertas, combates entre guerrilhas ou mesmo através da sujeição deliberada à prática do suicídio coletivo, sempre com o intuito de conservar sua autonomia econômico-social e/ou cultural.

No contexto de conquista e exploração do denominado Novo Mundo, estas peculiares maneiras de oferecer resistência semearam o germe de diversos entendimentos do suposto caráter do indivíduo indígena, que vai desde o ser dócil, generoso, gentil e honrado até o ser violento, arredio, arisco, ferino e traiçoeiro. Foi criado um tipo de mitologia repleta de preconceitos sobre a questão, com figuras projetadas que até hoje emanam efeitos através do mesmo mecanismo de expansão que seguem submetendo ao indígena, buscando efetuar a integração de nossos costumes e culturas ao passo que tenta deserdá-lo de suas terras e despojá-lo de suas tradições (BORGES; GOUVEIA, 2020).

Certos aspectos da história do Brasil têm sido desconstruídos e vêm sendo substituídos por compreensões em que os indígenas emergem como personagens das evoluções e transformações por eles experimentados. Então, fundamentos históricos, alguns deles até examinados à exaustão, quando vistos de outro ângulo demonstram verdades diferentes das que corriqueiramente foram apontadas como verdadeiras e irrefutáveis.

Primeiramente, cabe destacar que as interações exercidas na América entre indígenas e europeus não podem ser encaradas meramente como relacionamento entre brancos e silvícolas ou selvagens. Isto porque esta perspectiva vulgariza e trivializa um tema que é deveras profundo e

embaraçado. As comunidades indígenas brasileiras eram numerosas e cada uma delas com costumes, hábitos, culturas, tradições e composições sociais distintas, o que fazia com que atuassem de diversas maneiras em relação aos estrangeiros.

Os indígenas não se encontram no continente americano à disposição dos que eram provenientes da Europa e, se vários os recepcionaram de maneira aberta e amistosa, dando-lhes comida, presentes e até mesmo companheiras sexuais, não agiram desta forma por credulidade e estupidez. A receptividade à aproximação com o outro é um traço cultural de várias coletividades indígenas americanas, principalmente a *Tupi*. Por outro lado, outros grupamentos apresentavam feições culturais diferentes e alguns agiram de forma muito arredia e hostil com os europeus, como é o caso dos *Guaicurus*, os *Muras* e os *Aimorés*.

Da mesma forma, os europeus que ao Brasil chegaram a partir do início do século XVI também não podem ser encarados como um bloco homogêneo. Foram eles colonos, religiosos em missão, sertanistas, funcionários oficiais da Metrópole e autoridades coloniais. Cada um deles tinha anseios diferentes em relação à nova colônia portuguesa e não lidavam com os indígenas todos da mesma maneira. Para os europeus o Brasil Colônia era um novo espaço em formação, de maneira que um influenciaria o outro de forma mútua ensejando transformações. Nos momentos iniciais de colonização, que em cada região brasileira ocorreu em um período, os lusófonos se mostraram deveras dependentes dos indígenas, que, ao que parece, em determinadas situações perceberam isso e utilizaram esse fato em seu benefício (ALMEIDA, 2010).

Não pode ser desprezada a constante evolução da vivência de aproximação entre o silvícola e o homem branco, afinal as pretensões e desejos dos diversos vetores sociais que se relacionavam no Brasil colonial, incluídos os indígenas, alteravam-se por meio do dinamismo da colonização e das interações entre eles. Entre os séculos XVI e XIX as condutas e atuações dos agentes sociais eram provocadas por estímulos que se alternavam e que podiam ter importância distinta dependendo do momento e do local. É inviável e impróprio querermos tratar de um histórico indígena geral, afinal a riqueza e multiplicidade nos evidencia a numerosa quantia de trajetórias em diferentes marcos temporais bem como as incontáveis ligações de variados coletivos indígenas em diversas regiões.

A desumanização e outros procedimentos excludentes estruturam-se essencialmente em dois mecanismos: a **categorização social** e o **essencialismo**. Por meio da categorização social é possível unir objetos, indivíduos e ocorrências sociais em agrupamentos que se equivalem em relação às atuações, anseios e sistemáticas de pensamento da pessoa. Já o essencialismo diz respeito à propensão a comportar-se e raciocinar como se tudo tivesse algo intrínseco que as transformam no que são.

Os procedimentos sociais de ordenação especificam indivíduos em agrupamentos: os chamados endogrupos (coletivos em que o indivíduo faz parte) e os exogrupos (coletivos de que não faz parte). A cada categorização que segrega "nós" e "eles", somam-se figuras que possibilitam retratar os demais como distintos de nós. Tais representações são os lugares-comuns, os estereótipos, que podem ser delineados como um grupo de atributos que são relacionados a um estrato social. No exame dos

estereótipos e do preconceito, convém destacar a asserção da dissolução entre as convicções individuais e coletivas. Nessa esteira, nunca é demais lembrar que cada indivíduo, enquanto ser humano, seja lá quem seja, merece todo o respeito dos demais.

As convicções do senso comum a respeito de coletividades, os chamados estereótipos culturais, que são visibilizados nos processos socializantes, numerosas vezes resultam em preconceitos, mesmo que sejam rechaçadas pelas convicções pessoais. Neste sentido, os clichês estereotipados podem ser particulares ou culturais, positivos ou pejorativos. Determinados tipos pejorativos de estereotipia afastam as coletividades retratadas daquilo que define os seres humanos (cultura) para associá-los daquilo que é tipificado como próprio dos animais ou de coisas que carecem de vivacidade (natureza). Quando as projeções que se desenvolvem por relações de diferença e de contraste vêm à tona, depara-se com a ocorrência da desumanização, que é definida pela total negativa de humanidade aos demais.

O fenômeno da desumanização resulta da fixação de hierarquias e estratos entre as coletividades, como um indivíduo acreditando ser mais humano que o próximo. Neste cenário, um dos círculos pessoais distingue-se como dotado de qualidades especiais, ao passo que desconhece no outro a presença de tais características. Assim, a desumanização pode ser compreendida como um procedimento de concepção e entendimento do próximo, categorizado como minoria num cenário de vínculo desigual de poder, que condiciona à consumação e validação de diversos meios de violência, refletindo-o como não-humano, animalesco, diabólico, coisa/objeto, mensageiro da maldade,

que há de ser isolado e preso ou exterminado[7] (LIMA; FARO; SANTOS, 2016).

Com relação ao Brasil, o primeiro contato relatado entre brancos e indígenas se deu em 22 de abril do ano de 1500. Era uma tarde chuvosa, em uma quarta-feira, quando os portugueses foram recebidos por silvícolas Tupiniquins (depois denominados como etnia Tupiniquim), que demonstrando amizade e surpresa lhes presentearam com iguarias e agrados, embora apresentassem também insegurança e dúvidas sobre as intenções dos portugueses e sobre o destino.

Embora desiludido por não ter notado a existência de metais preciosos, o escrivão Pero Vaz de Caminha declarou por escrito que os nativos encontrados eram sadios e limpos, seguindo a mesma linha do outrora descrito pelo navegador italiano Cristóvão Colombo ao desembarcar na ilha de Guanahani com alguns anos de antecedência, ao afirmar que os ameríndios avistados e contatados eram pacíficos e amáveis, jurando às autoridades reais que não poderia haver povo melhor. Colombo também afirmara que os ameríndios se amavam uns aos outros e que se expressavam de forma amena e gentil, sempre providos de sorriso e, em que pese se apresentassem nus, tinham modos adequados e apreciáveis.

Esta concepção sobre os nativos contatados pelos europeus, seja nas ilhas caribenhas, seja na costa brasileira, permaneceu apenas até o momento em que os indígenas

[7] A desumanização do sujeito transformando-o em indivíduo nos remete a uma digressão acerca do tema: o indivíduo é aquele que, dentro de um corpo social, age consoante seus interesses próprios, sendo vendado de uma visão ampla de todos os que o cercam; já o sujeito, ao contrário, é aquele que contempla a dimensão da pessoa humana e dos direitos inerentes a essa e que no plano de escolha lança esses elementos para que, em sua decisão, possa abrir mão de seus anseios individuais em detrimento do coletivo.

se comportaram como bons anfitriões e ofereceram sua força de trabalho a favor dos anseios de exploração sobre as colônias. Neste estágio de contato, em que prevaleceu certa diplomacia política entre as duas partes, os esforços físicos indígenas eram retribuídos com entrega de carregamentos de utensílios até então desconhecidos e que se mostraram muito úteis a eles, como machados, facas e facões. Então, naquele momento, o escambo do trabalho braçal por instrumentos e ferramentas atendeu às vontades dos dois grupos, de forma que de início não houve modificação da composição das comunidades indígenas e de suas estruturas histórico-sociais.

Convém refletir que alguns indivíduos nativos de determinadas composições sociais, como as das Planícies e Terras Baixas Amazônicas (também chamadas Baixos Platôs e Planícies da Amazônia) estavam inseridos economicamente no que Karl Marx e Engels (2010) atribuíram como comunismo primitivo, ou seja, havia o compartilhamento de todos os recursos naturais encontrados, assim como de todas as riquezas obtidas deles. Entretanto, no momento que os conquistadores europeus reivindicaram uma força de trabalho obediente ao seu dispor para cumprir as iniciativas coloniais, estes mesmos indígenas que outrora eram chamados de "bons selvagens", afinal demonstravam ser serenos e gentis, passaram a ser vistos como animais agressivos e indolentes que só respondiam ao estímulo da violência e da força. Assim, duas percepções antagônicas passaram a ser tidas na América Colonial no que diz respeito aos nativos, sendo elas oriundas de dois imaginários de ser humano em um deslocamento oscilante entre o que se pode chamar de "bom" e "mau" selvagem. Tal conceito de "bom" e "mau" selvagem seu deu por meio do desenvolvimento de estereótipos, em que

o "bom selvagem" diz respeito àquele indivíduo da terra que de um jeito ou outro é dotado de atributos e condutas comuns ou similares com os da coletividade europeia, ao passo que o "mau selvagem" é aquele com propriedade e maneiras singulares, diferentes e primitivos na visão de mundo ocidental (BORGES; GOUVEIA, 2020).

Deste modo, desde o final do século XV com a chegada de Cristóvão Colombo às ilhas das Caraíbas (Antilhas), os estereótipos do "bom" e do "mau" selvagem começam a ser concebidos, por meio de duas ideologias concorrentes que se apresentaram e se confrontaram, tendo como exemplo o debate histórico que foi travado em Valladolid-Espanha em meados do século XVI entre o frei dominicano Bartolomeu de Las Casas e o jurista Juan Ginés de Sepúlveda, tendo como finalidade elucidar à Igreja Católica e à Coroa Espanhola se os habitantes do Novo Mundo possuíam ou não almas. Se por um lado Las Casas, profundo defensor dos indígenas cubanos, afirmou que estes eram indivíduos dotados de humanidade superior à europeia, Sepúlveda aduziu que estes não possuíam almas, razão pela qual não poderiam ser considerados seres humanos, justificando assim seu aprisionamento na condição de escravos (JESUS, 2014).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é a mais antiga e tradicional entidade de fomento à pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil, tendo sido fundado em 1838. Para Lilia Schwarcz (1998), a criação de tal Instituto se deu em decorrência de um anseio do Imperador Dom Pedro II de estabelecer as autênticas História e Cultura nacionais. Nesse sentido, o IHGB teve o intuito de firmar uma historiografia de um Brasil tão recente tendo como pano de fundo um histórico de figuras e grandes personagens sempre festejados como verdadeiros heróis nacionais. As

> *práticas que marcaram a sociedade nacional no século XIX. Dessa forma, as populações indígenas tornavam-se um obstáculo para a consolidação desse Estado em expansão.* (MOTA, 1998, p. 01)

Tendo a produção historiográfica nacional no âmbito do IHGB[8] sido pautada no episódio de contrastes sociais próprios das polêmicas do século XIX, decorrentes da postura governamental de ofensiva contra comunidades indígenas (principalmente a etnia dos *Botocudos*), pode-se compreender o motivo da admissão de posturas pejorativas em relação aos indígenas e o porquê da intenção de se resgatar a projeção que se fazia do indígena remotamente retratada, de sobremaneira, nos romances indigenistas brasileiros produzidos no século XIX. Sobre isso, rememora-se a constância e assiduidade dos indígenas da etnia guarani nos romances de José de Alencar intitulados *O Guarani* e *Iracema*. Estes festejados romances literários não retratam, infalivelmente, a cultura indígena do seu momento temporal, afinal foram eleitos personagens sociais que seriam apresentados nos escritos.

A maneira do indivíduo da terra agir, o seu pensamento, a sua virtude, a sua alimentação e seus adornos são oriundos da natureza que o envolve. Como é notável em várias passagens escritas por Alencar em suas obras indigenistas, através das falas dos seus narradores e dos próprios indígenas retratados, estes são selvagens das matas do Brasil, senhores das florestas, livres, ou seja, todos os seus predicados são obtidos da natureza brasileira que unicamente alguém puro, desprovido de grandes influências da civilização,

[8] Importante é a observação de que referida produção historiográfica se diferencia da historiografia acadêmica, que só ganhou algum relevo no século XX, após a criação da Universidade de São Paulo – USP.

poderia dispor. Cabe aqui reprodução de trecho da obra *O Guarani* de José de Alencar que possui descrição poética do personagem indígena Peri (ALENCAR, 1958. v. 2, p. 165/166):

> *Álvaro fitou no índio um olhar admirado. Onde é que este selvagem sem cultura aprendera a poesia simples, mas graciosa; onde bebera a delicadeza de sensibilidade que dificilmente se encontra num coração gasto pelo atrito da sociedade? A cena que se desenrolava a seus olhos respondeu-lhe; a natureza brasileira, tão rica e brilhante, era a imagem que produzira aquele espírito virgem, como o espelho das águas reflete o azul do céu.*
>
> *(...)*
>
> *Com efeito, o que exprime essa cadeia que liga os dois extremos de tudo o que constitui a vida? Que quer dizer a força no ápice do poder aliada à fraqueza em todo seu mimo; a beleza e a graça sucedendo aos dramas terríveis e aos monstros repulsivos; a morte horrível a par da vida brilhante? Não é isso a poesia? O homem que nasceu, embalou-se e cresceu no berço perfumado; no meio de cenas tão diversas, entre o eterno contraste do sorriso e da lágrima, da flor e do espinho, do mel e do veneno, não é um poeta? Poeta primitivo, canta a natureza na mesma linguagem da natureza; ignorante do que se passa nela, vai procurar nas imagens que tem diante dos olhos a expressão do sentimento vago e confuso que lhe agita a alma.*

Tal postura de representação de tipos sociais adotada por parcela dos romancistas estava diretamente ligada aos alvos de estética, história e literatura daquela época.

Então, a construção de tramas de maneira diversa do que foi feito com outros tipos socais e com motivações diversas cumpria a satisfação dos conceitos propalados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por isso, hoje é necessário decolonizar a ficção que a leitura colonial narra de personagens reais e não decolonizar personagens ficcionais.

Nos dias de hoje, reconhecer a condição do sujeito indígena é uma maneira de trabalhar com sua temática, abandonando o conceito de indígena enquanto alegoria social, coisa que possui efeito negativo quando se reflete sobre a etapa inaugural de construção de conceitos. No processo de formação de juízos de valor e conceitos, é fundamental que sejam fixadas relações entre o que uma criança já sabe e conhece e o que lhe é proposto externamente, por meio da inferência pedagógica, de modo a se obstar meios arbitrários e demonstração de concepções e princípios desprovidos de significado, que acabam sendo reproduzidos mecanicamente. O estabelecimento de imagens que desumanizam é o pressuposto fundamental do preconceito, ao lado da sensação de ameaça oriunda da relação de domínio de um grupo sobre o outro (ALVES, 2015).

O preconceito pode ser definido como um tipo de sentimento oriundo de determinados pressupostos nas relações intergrupais: a) o senso de superioridade em detrimento do outro o insere em um *status* de inferioridade; b) a ideia de diferenciação estabelece um distanciamento simbólico de um indivíduo em relação ao outro; c) o sentimento de propriedade ou de posse destitui o próximo das prerrogativas de sua posição; d) a sensação de temor é oriunda da percepção de ameaça da posição de subjugação pelo outro (LIMA; TARO; SANTOS, 2016).

Segundo a teoria do Senso de Posição de Grupo de Herbert Blumer (1958), o estabelecimento de imagens e sentimentos entre grupos é caracterizado pelo distanciamento e pela aproximação física e figurada entre os grupos envolvidos, já que esses referenciais (distância e proximidade) podem causar ameaça à posição do grupo. Neste sentido, pode-se afirmar que o "alienígena" ou "estrangeiro" é um indivíduo que está ao mesmo tempo próximo e distante de nós, afinal mesmo que esteja fisicamente próximo, perdura a distância cultural. Assim, a construção da diferença é conduzida internamente pelos grupos como meio de conservação do "endogrupo" e externamente como meio de rebaixamento e depreciação do "exogrupo".

Ao contrário do que muitas pessoas ainda pensam, as comunidades indígenas são agudamente ativas, produtivas e engenhosas. Denota-se, em seus mitos e mesmo no seu dia a dia, o desdém que emanam por indivíduos que não buscam por condições de sustentarem suas famílias, por aquele que não desempenha nenhum ofício e não produz ou pela pessoa que não executa seus afazeres. Exemplificando, para um indígena se casar, é essencial que o indivíduo seja trabalhador, possa sustentar e que cuide de sua família. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, mas não só ali, os indígenas trabalham muito fora das Terras Indígenas, normalmente em atividades muito penosas como o corte de cana, a colheita de maçã, a construção civil, a coleta de lixo, os serviços domésticos etc.

Questiona-se, então, por que é que até hoje se difunde a ideia de que os indígenas são preguiçosos. Isto se deve ao nosso desconhecimento geral de suas culturas e ao fato de os encararmos sob o enfoque de nossa cultura. Tal enfoque é pautado nos alicerces capitalistas, no conceito de lucro, na acumulação e no desenvolvimento erigido sob

os ideais da tecnologia ocidental, ignorando suas demais formas e compreensões. Por este motivo é bem complicado contemplar um corpo social que se satisfaz com os únicos bens de que dispõe e não labora incansavelmente para reunir outros ou fazer com que seus demais integrantes os acumulem para seu favor. Uma família indígena, no plano ideal, ressalvadas algumas exceções, não labutará mais a fim de gerar excedentes se já possuir condições de sobreviver, realizar festividades e se manter com o que já produziu.

Compreende-se então o motivo de a sociedade capitalista se inquietar tanto com o modelo econômico produtivo indígena: se todas as pessoas assim vivessem, não haveria produção excedente, expansão do comércio, a mais-valia, a renda, o consumismo, o lucro, a hora extra, ou seja, tudo aquilo que mantém as bases do Capitalismo.

Verifica-se que hoje existem muitos indígenas atuando como docentes, profissionais de saúde e advogados, enquanto outros atuam em áreas rurais cultivando a terra, lidando com a pesca ou com a pecuária. A concepção de que os indígenas são preguiçosos é oriunda, então, da ignorância a respeito de suas maneiras de vida, do prejulgamento e do etnocentrismo de uma coletividade colonizadora que classifica os demais sob o crivo de seus próprios juízos, ou seja, a produtividade sem limites de bens de consumo e o abuso da força de trabalho indispensável à sua reprodução. Além disso, o conceito de que os indígenas não gostam de trabalhar e que são indolentes é reafirmado pela mídia de massa quando, ao retratar disputas envolvendo indígenas e proprietários rurais, diz que terras produtivas correm risco de se tornarem improdutivas. Esta espécie de discurso se pauta na discriminação aqui tratada, buscando retratar o indígena como aquele que é mandrião e avesso

à produtividade, sendo por isso inimigo dos interesses nacionais de progresso e desenvolvimento.

O mecanismo de produtividade em que se baseia o sistema capitalista gera benefícios apenas a uma pequena elite agrária e financeira e não aos brasileiros de modo geral. Em contrapartida, as terras indígenas também são produtivas, porém em prol de seus habitantes e em conformidade com seu modo de vida. É possível refletir sobre as diversas formas de resistência que os indígenas colocaram em prática e que até os dias de hoje ainda exercitam à laboração que lhes foi e é imposta. Quiçá isso possa ser encarado como uma maneira de refusar a extorsão e a subjugação peculiares à labuta colonizadora ou capitalista. Outrossim, notamos também que as comunidades indígenas não são primitivas, violentas, arcaicas ou selvagens e nem representam formato primitivo de humanidade. As práticas culturais, idiomas e composições sociais indígenas são tão elaborados e multifacetados como quaisquer outros. Não é prova de inferioridade que os indígenas não tenham desenvolvido aparatos tecnológicos, afinal seus conhecimentos e saberes são deveras aprimorados em diversos campos, como é o caso da botânica, medicina, composição política, filosofia, engenharia e astronomia. Se encarados de perto e com profundidade, haverá espanto com tamanha sabedoria. Grande quantidade desses conhecimentos é inclusive usada por cientistas não indígenas para a composição de medicamentos e cosméticos, em alternativas sustentáveis na prática agrícola e em manejos de construção, por exemplo.

A sociedade pautada nos moldes do Capitalismo possui uma cosmovisão que privilegia o excedente de pertences, estressando e impactando os recursos naturais. Em contrapartida muitos indígenas dão prioridade à comunhão e à

composição da família e buscam aprimorar competências e atividades que lhes possibilitem viver conforme tais princípios. O episódio histórico de os europeus terem colonizado o Brasil não é nenhuma comprovação de superioridade (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2013).

A supremacia bélica, que é oriunda de uma maneira muito própria de encarar o mundo e as diferenças, é resultado de uma perspectiva que predica a supressão da diversidade e a subjugação do que é distinto. Entretanto, isto não significa de forma alguma superioridade. Inclusive, é relatado por antropólogos que o relacionamento de agrupamentos indígenas com aquele que é diferente é o de prezar em vez de exterminar, é incorporar e, assim, expandir a sua capacidade. Sendo assim, a extinção do próximo, o outro, não faz parte das intenções dos indígenas, ao passo que o que almejam é aprender com aquele que é diferente, sem arruiná-lo.